STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 284: DIREITO À EDUCAÇÃO II 2

Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edição n. 284 Brasília, 17 de julho de 2026

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 26/06/2026.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 284: DIREITO À EDUCAÇÃO II

1. O direito à educação previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, com ensino fundamental aos menores de seis anos incompletos, é indisponível e deriva da própria força impositiva dos preceitos de ordem pública.

Julgados: ; REsp 1853701/MG, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 29/03/2021; ; REsp 1608044/DF, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 05/11/2019; ;; AgInt no AREsp 1159587/DF, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 30/08/2018; AgInt no AREsp 1955363/SP (decisão monocrática), Rel. Min. PAULO SÉRGIO DOMINGUES, Primeira Turma, publicado em 25/02/2026; REsp 2112002/MT (decisão monocrática), Rel. Min. GURGEL DE FARIA, Primeira Turma, publicado em 23/06/2025; REsp 2178562/SC (decisão monocrática), Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, publicado em 05/02/2025

(Vide Jurisprudência em Teses N. 250 - TEMA 3 e N. 250) (Vide Repercussão Geral - Tema 0548)

2. O ensino fundamental é direito subjetivo do menor de seis anos incompletos e o princípio da inafastabilidade da jurisdição, a homogeneidade e a transindividualidade do direito justificam a propositura de ação civil pública.

Julgados: REsp 753565/MS, Rel. Min. LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJ 28/05/2007

(Vide Jurisprudência em Teses N. 250 - TEMA 4 e N. 250)

3. É dever do Estado assegurar às crianças de zero a seis anos de idade o acesso à creche e à pré-escola da rede pública.

Julgados: AgInt no AREsp 965325/RS, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 09/12/2020; ; REsp 1608044/DF, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 05/11/2019; ; AgInt no REsp 1166605/SP, Rel. Min. OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 30/08/2018; REsp 2112002/MT (decisão monocrática), Rel. Min. GURGEL DE FARIA, Primeira Turma, publicado em 23/06/2025

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 317) (Vide Repercussão Geral - Tema 0548)

4. Aplica-se, excepcionalmente, a teoria do fato consumado a fim de garantir a continuidade educacional da criança matriculada sem o preenchimento do critério etário, quando a restauração da estrita legalidade lhe causar mais prejuízos sociais e pedagógicos do que a manutenção da situação já consolidada pelo decurso do tempo.

Resolução CNE/CEB n. 02/2018.

Julgados: ;; REsp 2226064/MG, Min. TEODORO SILVA SANTOS, SEGUNDA TURMA, DJEN de 22/10/2025; ;; AgInt nos EDcl no AgInt no AREsp 563978/RS, Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJE de 08/04/2019; AREsp 3072652/MT (decisão monocrática), Rel. Ministro(a) MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA TURMA, publicado em 04/02/2026; AgInt no AREsp 2810882/PR (decisão monocrática), Rel. Ministro(a) HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, publicado em 05/06/2025; AREsp 1733533/MS (decisão monocrática), Rel. Ministro(a) HUMBERTO MARTINS, publicado em 28/10/2020; REsp 1752236/MG (decisão monocrática), Rel. Ministro(a) BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, publicado em 03/10/2018

5. A Justiça da Infância e da Juventude tem competência absoluta para processar e julgar causas envolvendo matrícula de menores em creches ou escolas, nos termos dos arts. 148, IV, e 209 da Lei n. 8.069/1990 (Tese julgada sob o rito do art. 1.036 do CPC/2015 - TEMA 1.058).

Julgados: ; REsp 2253739/GO, Rel. Min. TEODORO SILVA SANTOS, SEGUNDA TURMA, DJEN 24/04/2026; ; AREsp 1840462/SP, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 18/03/2022; ; RMS 65286/MT, Rel. Min. OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 09/12/2021; ; REsp 1853701/MG, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 29/03/2021; ; REsp 1846781/MS, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 29/03/2021; ;; REsp 1833909/MS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 19/12/2019; REsp 2247401/SP (decisão monocrática), Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, publicado em 30/04/2026

(Vide Informativos de Jurisprudência N. 1 - Edição Especial, 685 e 729) (Vide Jurisprudência em Teses N. 245 - TEMA 1 e N. 245) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

6. A competência absoluta da Justiça da Infância e da Juventude para processar e julgar causas relativas à matrícula em creches ou escolas, estende-se a demandas que discutam a viabilidade de permanência física dos estudantes e o funcionamento das instalações da instituição de ensino.

Arts. 148, IV, e 209 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Julgados: REsp 2253739/GO, Rel. Min. TEODORO SILVA SANTOS, SEGUNDA TURMA, DJEN 24/04/2026; ; AREsp 1840462/SP, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 18/03/2022

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 729)

7. O direito fundamental à educação implica garantir a segurança e o bem-estar de crianças e adolescentes, o que não pode ser prejudicado por inadequação das instalações físicas das instituições de ensino mantidas pelo Poder Público.

Julgados: REsp 1635459/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 27/08/2020

(Vide Jurisprudência em Teses N. 245 - TEMA 2)

8. O Poder Público local não pode exigir do professor da educação infantil e dos cinco primeiros anos do ensino fundamental formação superior além da prevista no art. 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Julgados: REsp 1868027/PB, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 01/06/2020; REsp 2098013/PR (decisão monocrática), Rel. Min. PAULO SÉRGIO DOMINGUES, Primeira Turma, publicado em 01/10/2024; REsp 1972343/PR (decisão monocrática), Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, publicado em 19/12/2022; AREsp 1764379/SP (decisão monocrática), Rel. Min. GURGEL DE FARIA, Primeira Turma, publicado em 28/05/2021; AREsp 1427203/SP (decisão monocrática), Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Primeira Turma, publicado em 09/05/2019

9. O cômputo dos dez ou quinze minutos que faltam para que a "hora-aula" complete efetivamente uma "hora de relógio" não pode ser considerado como tempo de atividade extraclasse, uma vez que tal intervalo não se mostra suficiente para que o professor realize as atividades para as quais o limite da carga horária foi idealizado.

Julgados: REsp 1569560/RJ, Rel. Min. OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 11/03/2019; REsp 2263912/PE (decisão monocrática), Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, publicado em 26/03/2026; AgInt no AgInt no AREsp 1215953/servidores (decisão monocrática), Rel. Min. AFRÂNIO VILELA, Segunda Turma, publicado em 05/06/2024; EDcl no RMS 59842/PR (decisão monocrática), Rel. Min. OG FERNANDES, Segunda Turma, publicado em 10/11/2021

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 644)

10. A ausência de matrícula de crianças e adolescentes em instituição regular de ensino configura infração administrativa, e é irrelevante, para esse efeito, a invocação de modelo informal ou "doméstico" de aprendizagem não reconhecido pela legislação vigente.

Art. 249 do ECA.

Julgados: REsp 2220094/SC, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJEN 19/12/2025; AREsp 1652422/RJ (decisão monocrática), Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Presidência, publicado em 19/03/2020

(Vide Repercussão Geral - Tema 882)

11. É ilegal menor de 18 anos, mesmo que emancipado ou com altas habilidades, antecipar a conclusão de sua educação básica submetendo-se ao sistema de avaliação diferenciado oferecido pelos Centros de Educação de Jovens e Adultos - CEJAs, ainda que o intuito seja obter o diploma de ensino médio para matricular-se em curso superior (Tese julgada sob o rito do art. 1.036 do CPC/2015 - TEMA n. 1127).

Julgados: ; EDcl no REsp 1945851/CE, Rel. Min. AFRÂNIO VILELA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 16/09/2024; ; EDcl no REsp 1945879/CE, Rel. Min. AFRÂNIO VILELA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 16/09/2024; ;; REsp 1945879/CE, Rel. Min. AFRÂNIO VILELA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 13/06/2024; ; AgInt no REsp 1815356/MG, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 01/12/2020; REsp 2268537/MG (decisão monocrática), Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, Segunda Turma, publicado em 08/05/2026; REsp 2254775/MG (decisão monocrática), Rel. Min. TEODORO SILVA SANTOS, Segunda Turma, publicado em 05/05/2026

(Vide Repetitivos Organizados por Assunto)